

CIDADES BIOFÍLICAS E A RECONEXÃO COM OS ESPAÇOS URBANOS

Júlia Pereira Fayad¹

Aline Gabardo Picler²

Jennifer Mendes Kwiatkowski³

Adriane Cordoni Savi⁴

RESUMO

O crescimento e desenvolvimento das cidades é um processo histórico, que ganhou força nas últimas décadas, o qual ocorreu de forma desordenada e acelerada. Além disso, as cidades cresceram negando e destruindo a natureza. Consequentemente, a urbanização é apontada como fator central em problemas como diminuição das áreas públicas verdes, perda da conexão e sentido de lugar, diminuição da saúde humana e longevidade. Dada a complexidade desse processo, busca-se por meio de uma revisão de literatura, compreender de que forma os conceitos de cidades biofílicas e infraestrutura verde podem contribuir no processo de reconexão das pessoas com o espaço urbano público, ou seja, nas relações sociais urbanas, e como reduzir a cultura do medo do espaço público e a fragmentação social urbana. Este artigo realiza uma análise dos espaços e dos processos vinculados à ele, como a cultura do medo por exemplo, sob uma perspectiva integrada da sociologia, psicologia e arquitetura. O caráter multidisciplinar desta pesquisa, realizada através

¹ Aluna do 5º período do curso de Arquitetura e Urbanismo da FAE Centro Universitário. Bolsista do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2019-2020). *E-mail*: julia.fayad@mail.fae.edu

² Aluna do 9º período do curso de Psicologia da FAE Centro Universitário. Voluntária do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2019-2020). *E-mail*: aline.gabardo@mail.fae.edu

³ Aluna do 5º período do curso de Arquitetura e Urbanismo da FAE Centro Universitário. Voluntária do Programa de Apoio à Iniciação Científica (PAIC 2019-2020). *E-mail*: jennifer.kwiatkowski@mail.fae.edu

⁴ Orientadora da Pesquisa. Mestre em Engenharia da Construção Civil pela Universidade Federal do Paraná, Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal do Paraná. Professora da FAE Centro Universitário. *E-mail*: adriane.savi@fae.edu

de uma revisão bibliográfica e exploratória, abre espaço para que outras disciplinas se envolvam na busca pelas respostas à pergunta de pesquisa, de forma a enriquecer e ampliar a compreensão sobre a interação homem-natureza. Os resultados apontam que a infraestrutura verde tem inúmeros benefícios para a saúde humana, atuando de maneira multifatorial sobre ela. Além disso, o processo de verdificação é um mecanismo de redução da fragmentação social. Também constatou-se que o planejamento das áreas verdes urbanas não é apenas um luxo, mas sim uma forma de melhorar a saúde de grupos socioeconomicamente mais baixos, idosos e crianças.

Palavras-chave: Cidades Biofílicas. Condominialização. Espaço Urbano. Cultura do Medo.

INTRODUÇÃO

O surgimento das cidades ao longo da história foi acompanhado de uma completa disruptura com a natureza. Segundo Klias (2006), a partir da revolução industrial, corporificou-se “o mito de Pandora: aberta a caixa da industrialização, tanto bens como males se esparramaram sobre toda a Terra, pondo em risco tudo e todos.”

Ao longo das últimas décadas um grande fluxo migratório deslocou uma massa populacional da área rural para as áreas urbanas (BERTOL, 2013). Somos cada vez mais numerosos, concentrados, urbanos e longevos. As políticas públicas não conseguiram acompanhar esse crescimento acentuado e assim, as cidades cresceram de forma desordenada e sem planejamento (RIBEIRO et al., 2019).

Arelado a esse crescimento urbano, faz-se necessário compreender a dinâmica da privatização da vida urbana e a relação dela com a cultura do medo, já que esses processos acabam gerando uma resignificação do espaço público o qual passa a ter um caráter negativo e perigoso (BOVO; MARTINS, 2016).

O crescimento das últimas décadas ocorreu priorizando cada vez mais a individualização das relações humanas, onde à cidade cabe muitas vezes o papel de oferecer apenas abrigo e trabalho. Vivemos encaixotados, trabalhamos encaixotados, nos divertimos encaixotados e nos locomovemos em caixas. Portanto, em um contexto onde a ideia de comunidade está fragilizada, o espaço urbano aparece como um instrumento que pode reforçar os laços sociais (CASTRO, 2002).

A tendência mundial é contínua de expansão dos centros urbanos, com dados indicando que em 2050, dois terços da população mundial estarão vivendo em áreas urbanas. Com isso, haverá um aumento significativo dos problemas relacionados à urbanização, destacando-se entre eles a diminuição das áreas públicas verdes (AMATO-LOURENÇO et al., 2014).

Hoje as pessoas buscam se afastar da cidade para poderem se reconectar. Será que essa é a melhor solução? As cidades, que em outras épocas moldaram a identidade daqueles que nelas viviam, hoje passam por um processo de pasteurização social que restringe a evolução da urbe dentro da economia verde, economia criativa e economia circular.

Este artigo, por meio de uma revisão bibliográfica, busca responder a seguinte pergunta: De que forma o conceito de cidades biofílicas e infraestrutura verde pode contribuir, através de soluções disruptivas, no processo de reconexão das pessoas com o espaço urbano público, ou seja, nas relações sociais urbanas, e como reduzir a cultura do medo do espaço público e a fragmentação social urbana? Além disso, tem a intenção de

compreender como a construção das cidades e dos espaços urbanos são influenciados pela cultura do medo, entendida aqui como um processo que gera nas pessoas o temor, nem sempre real, dos espaços públicos e abertos. Também visa compreender a fragmentação dos espaços públicos e privados, por meio do levantamento do estado da arte sobre cidades biofílicas e da análise dos espaços sob uma perspectiva integrada da sociologia, psicologia e arquitetura.

Dentro do cenário descrito, acredita-se que devido a cultura do medo e as fobias dos espaços urbanos, principalmente nos grandes centros, a relação das pessoas com o espaço público é alterada, fomentando assim ainda mais o processo de condominialização e fragmentação desse espaço. Entendendo o conceito de biofilia e sua aplicação no espaço urbano, percebe-se que esse pode trazer de volta as relações sociais, além de reduzir a cultura do medo, tão presente em nossa sociedade.

1 CULTURA DO MEDO E O PROCESSO DE CONDOMINIALIZAÇÃO

A banalização do termo “espaço público” pode fazer com que ocorram incertezas em relação ao seu significado. Espaço público pode ser entendido como oposto de espaço privado. Mas também pode ter relação com a vida pública, entendida em um sentido político como o local no qual ideias são debatidas (BOVO, 2016). Ainda, pode ter uma definição ampliada, na qual entende-se por espaço público todo e qualquer espaço sem obstáculos ao acesso de qualquer indivíduo. Dito isso, é importante compreender que não somente o termo, mas também o espaço em si, sofre ressignificações ao longo do tempo. Como no caso do Brasil onde este processo se evidencia por meio da criação de espaços privados apropriados das características do espaço público (BOVO, 2016).

Segundo Vilhena (2003), as pessoas possuem uma conexão com os espaços, ou seja, se reconhecem neles ao longo da vida e com isso o espaço ganha uma função simbólica para o indivíduo. Devido à esta conexão, transformações do espaço consequentemente causam transformações subjetivas e vice-versa. Ainda segundo o autor, desde a Idade Moderna os avanços científicos trouxeram inegáveis melhorias para a saúde e vida em geral, entretanto com o discurso do progresso, veio também a segregação e a exclusão daquilo que é considerado impuro, inferior e diferente. Essa mentalidade se arrasta até a atualidade, se desdobrando para o convívio social, no qual a “cidade teme o favelado”. Mesmo conhecendo nada ou pouco acerca da realidade das favelas, os moradores destes locais são excluídos e responsabilizados pela violência da cidade. Por fim, apoiado pelos discursos midiáticos, instaura-se o medo e consequentemente são criados os argumentos necessários para a segregação dos

espaços. Com isso, nas últimas décadas o espaço público tem sido transformado, com justificativas fundamentadas na segurança dos indivíduos, por meio da privatização do espaço público e com isso a livre circulação pela cidade é modificada. Este processo de ressignificação e privatização da vida urbana, é permeado pela cultura do medo, que por sua vez, encontra um terreno fértil para desenvolver-se, diante de diversos fatores, com destaque para a ausência do Estado como provedor de segurança e as desigualdades sociais (VILHENA, 2003).

A cultura do medo é amplamente disseminada pelos meios de comunicação, que ao veicularem notícias, utilizam-se de abordagens superficiais dos temas relacionados à violência e insegurança nas grandes cidades (BOVO, 2016). Em paralelo à essa divulgação, existe um notável interesse do mercado imobiliário, que utiliza a imagem negativa do espaço público, vinculado à violência e insegurança, para criar e vender empreendimentos privados e socialmente homogêneos (ARAÚJO; TAVARES, 2008).

Com isso as cidades têm vivenciado um processo historicamente inverso, o medo não é mais dos espaços fechados – claustrofobia, mas sim dos espaços abertos – agorafobia (VILHENA, 2003). E com isso surgem os dois principais exemplos deste movimento: os condomínios fechados e os shoppings centers.

Em uma sociedade cada vez mais complexa o crescimento econômico aliado à globalização ocasionou uma profunda transformação do espaço urbano que se tornou fragmentado e segregado. A cidade se tornou um paradoxo que inclui e exclui simultaneamente. Essa estrutura estratificada da cidade se distancia significativamente da “*open city*”, de Richard Sennett, na qual ele afirma ser a cidade transparente cujo caráter de seu sistema: aberto, permite que os valores da sociedade coexistam respeitosamente (FORTUNA, 2019).

Ao perder sua definição o espaço urbano é drasticamente reduzido devido à especulação imobiliária. O aceleracionismo também se encontra como um agente que tornou invisível os lugares públicos da cidade, por levar o cidadão à incompreensão dos espaços que frequenta (FORTUNA, 2019). A supervalorização e a privatização da segurança fazem com que os serviços e as autoridades públicas sejam descredenciados. A cidadania cada vez mais perde seu local de exercício, as ruas, as praças, os espaços comuns são perdidos ou bastante diminuídos. Consequentemente o espaço público é recriado em esferas menores como os condomínios fechados, ou *gated communities*, que são o resultado da fragmentação e a privatização do espaço urbano e da racionalização e segregação da vida social. Espaços seletivos, controlados em que há pouco contato com a diversidade e garantem a sensação de segurança, mas tornam o espaço público, de fato, vazio e sem significado (LEVY, 2010).

Outro fator que contribuiu para o processo da condominização é o olhar que a própria sociedade tem desse espaço compartilhado. Levy (2010) traz a mixofobia, conceito de Bauman, como possível explicação para essa mudança de perspectiva. A mixofobia significa aversão ou medo da diversidade. O mau planejamento aliado à mixofobia ocasionou o isolamento dos mais afortunados, à procura de um lugar onde seu estilo de vida impera e o convívio se dá apenas com seus semelhantes, chamado de emuralhamento da vida social. O espaço público não deixa de existir, mas ganha um novo caráter dentro dos condomínios: redefinido em versões menores de lazer e comunhão estritamente para os moradores e de forma controlada. A suposta necessidade de espaços homogêneos impulsionou o crescimento das ilhas utópicas, espaços compartilhados não mais públicos, assépticos e que são facilmente controlados (LEVY, 2010).

O crescimento e a disseminação dos condomínios fechados não possuem um padrão, uma fórmula exata para sua formação. Questões culturais e econômicas, são critérios essenciais para compreender o porquê e como o processo de condominialização tomou forma em determinado país ou cidade. É possível perceber uma grande diferença ao analisar a origem das *gated communities* entre países já bastante desenvolvidos economicamente dos que ainda estão em desenvolvimento. Enquanto que no primeiro caso, era algo óbvio e natural apropriar-se de terrenos públicos por parte das classes mais abastadas, no segundo caso os condomínios surgiram de forma tão inesperada e, de certa forma confusa, que a explicação mais coerente era que os condomínios surgiram instantaneamente devido à ascensão econômica, como resultado direto do *boom* econômico (WEBSTER; GLASZE; FRANTZ, 2002).

De fato, um novo tipo de morar foi criado e, independentemente de sua origem, o impacto do processo de condominialização não se mostra apenas na estruturação da malha urbana, mas também nos meios político, social e econômico. Ou seja, o desafio se estende para além do natural, do físico, do que seria área de atuação dos profissionais de arquitetura e urbanismo e passa a atingir os atuantes na política e profissionais da economia de mercado (WEBSTER; GLASZE; FRANTZ, 2002).

2 CIDADES BIOFÍLICAS E INFRAESTRUTURA VERDE

A biofilia (do grego *bios*, vida; *philia*, amor: amor pela vida) é definida como uma inclinação humana inerente à sistemas e processos naturais (KELLERT, 2008 *apud* XUE et al., 2018) e nos recomenda a afiliação com outras formas de vida (WILSON, 1986 *apud* XUE et al., 2018). Segundo Beatley (2010), o termo cidades biofílicas é utilizado em cidades que procurem reconectar seus habitantes a natureza, por meio de projetos

urbanísticos e paisagísticos, criando infraestrutura para que possam conviver e aprender com seus elementos bióticos. Resumidamente, procura trazer o pensamento sistêmico de Gaia para dentro das cidades, tornando-as ecossistemas vivos e saudáveis.

Cidades biofílicas criam e mantêm espaços públicos verdes para o encontro e convívio de uma comunidade interligada e consciente, onde possam usufruir de paisagens e equipamentos de contemplação, mas também de novos habitats e nichos ecológicos para animais selvagens (BEATLEY, 2010).

Para se atingir um estágio significativo de desenvolvimento urbano biofílico, as cidades antes necessitam de um amplo planejamento e investimento, abrangendo todas as áreas que as compõem. Isso inclui mobilidade urbana, moradia, lazer, espaços públicos e essencialmente, maior inclusão (XUE et al., 2018; DIAS, ESTEVES JÚNIOR; 2017). Há exemplos de cidades consideradas biofílicas em todas as partes do mundo. Ao estudar mais a fundo as características e efeitos da biofilia nas cidades, volta-se de modo especial à Singapura, referência mundial em biofilia e com índices bastante positivos relacionados à saúde, economia e outros dados populacionais – segundo estudo de 2012, 4º lugar em expectativa de vida e a 4ª menor mortalidade infantil (BEATLEY, 2012; NEWMAN, 2014); XUE et al., 2018). Outro lugar que se destaca é Medellín, na Colômbia, principalmente por sua reestruturação e revitalização moderna, e por seu desenvolvimento e investimento em espaços públicos que possibilitaram a transformação da cidade, beneficiando a população de forma homogênea, ou seja, todas as classes sociais (DIAS; ESTEVES JÚNIOR, 2017). A partir dessas exemplificações, busca-se entender melhor como ocorreu o processo de “verdificação” em seu contexto geral, ou seja, como a presença e implementação da natureza (espaços verdes e infraestrutura verde) influenciam positivamente para a composição e reestruturação das cidades.

O espaço urbano de uma cidade proporciona diferentes experiências ao longo de sua existência. Há o conceito de “corredores verdes” e “corredores azuis”, definidos pela presença de vegetação nativa, parques lineares e jardins extensos; cursos de rios e *wetlands* (sistema de tratamento de águas através do solo e plantas aquáticas), jardins de chuva, paredes e telhados verdes, hortas urbanas e fachadas mais ativas inseridos em meio à malha urbana. Elementos como esses, se bem conservados, planejados e inseridos, são capazes de ressignificar a convivência e permanência nos demais espaços públicos (HERZOG, 2013).

As cidades biofílicas, segundo Herzog (2013) são aquelas “onde a natureza é abundante; que procura por oportunidades para reparar, restaurar e que, de forma criativa, insere a natureza onde puder”. Os benefícios essenciais da biofilia nos impelem a conservar e restaurar os consideráveis elementos naturais que já existem e encontrar novas maneiras de trazer a natureza para o meio urbano (XUE et al., 2018).

As fachadas ativas têm um papel fundamental na inserção e recepção das pessoas às edificações, tornando os edifícios verticais mais eficientes ao longo da cidade. Segundo Bloomberg (2013), o chamado “design ativo” é responsável pela materialização desse fenômeno, onde o cidadão é colocado como o centro da experimentação urbana, partindo do princípio de que ele é o elemento ativo capaz de influenciar na modelagem e interferência de medidas públicas. O ser humano é o protagonista da cidade (BLOOMBERG, 2013), e no processo que decorre as cidades biofílicas, é ele que torna possível a reocupação dos mais diversos espaços públicos e urbanos. O uso de diferentes modais de transporte também ressignifica a experiência, levando mais pedestres às ruas e dando assim, mais vida aos parques, ciclovias, áreas de lazer e convivência (DIAS; ESTEVES JÚNIOR, 2017).

Para a qualidade de vida urbana moderna, a natureza já não é mais opcional, mas uma condição absolutamente essencial (BEATLEY, 2012). A diversidade natural e biofílica está presente em todos os aspectos de uma cidade. Está ligada intrinsecamente à convivência das pessoas consigo mesmas e com o espaço. Um projeto pensado e construído responde, como em toda a biosfera e seus componentes, por processos cíclicos de uso da matéria e posterior impacto que isso trará ao longo do tempo, seja pelo rearranjo dos materiais utilizados na natureza ou pelas próprias consequências que o projeto traz consigo (SANGUINETTO, 2011).

O espaço construído necessita de um fluxo constante de matéria viva e energia, seja para a construção em si ou manutenção, reproduzindo deste modo, em escalas menores os ciclos biogeoquímicos presentes na dinâmica do planeta e no qual a vida se desenvolveu e faz parte indissociavelmente. Nos modelos de relação urbana atuais a produção de alimentos, água, energia e o tratamento dos resíduos tornam-se invisíveis daqueles que ocupam as áreas urbanas, dificultando o processo de entendê-los e questioná-los. Ao colocar a natureza afastada do cotidiano das pessoas, se afasta também a ética em relação à vida ligada a esses processos (SANGUINETTO, 2011).

Entretanto, dentro dos princípios do Design Ecológico, o que se destaca é o de “Tornar a Natureza Visível”, ou seja, se faz necessário tornar visível tanto a natureza pura em si quanto a tecnologia usada nos mais diversos processos e suas consequências, proporcionando a reconexão com ela. “Dando visibilidade aos ciclos naturais do nascer e pôr do sol e da lua, do regime de chuvas, dos ventos e brisas, das plantas e animais, o design ecológico pode redesenhar a presença humana no planeta, cumprindo uma função ética, estética, cultural, evolutiva e espiritual” (RYN, COWAN, 2007).

2.1 INFRAESTRUTURA VERDE E SAÚDE

Embora pareça intuitivo que um ambiente construído de melhor qualidade possa nos ajudar a nos sentir melhor, o mecanismo preciso pelo qual o ambiente construído influencia nossa saúde mental ainda é composto por diversas hipóteses (MAAS et al., 2006). Por conta da complexidade do tema, diversos estudos se debruçam sobre o assunto, a fim de encontrar respostas.

Um estudo realizado na Holanda, se propôs a investigar quão forte seria a relação entre “quantidade de espaços verdes, presentes nas áreas de morar” e a “saúde geral percebida”. Para isso foram realizados levantamentos de dados ambientais e de saúde. A partir do cruzamento dessas informações, foram selecionadas 250.782 pessoas para responder ao questionário (MAAS et al., 2006).

Como principais resultados é possível citar que em áreas onde 90% do entorno residencial é verde, apenas 10% dos residentes se sentiram não-saudáveis. Além disso a análise dos dados sugere que os grupos com escolaridade mais baixa seriam mais suscetíveis às características físicas do ambiente. Os efeitos avaliados nos raios de 1km e 3km são igualmente fortes, exceto em áreas altamente urbanizadas, nas quais a proximidade das áreas verdes adquire maior importância. A pesquisa demonstrou que os espaços verdes não são apenas um luxo, e portanto devem ter um papel de maior destaque nas políticas de planejamento urbano/espacial (MAAS et al., 2006).

Outro estudo, desta vez realizado no Chile, teve como objetivo estimar a variação do predomínio de Transtornos Mentais Comuns (TMCs) atribuíveis aos indivíduos e ao ambiente construído onde vivem. A pesquisa avaliou os sintomas psiquiátricos e o ambiente construído por meio da entrevista de 3870 adultos em diferentes setores da capital chilena – Santiago. O objetivo principal deste instrumento era avaliar a desejabilidade e atratividade dos setores avaliados. Houve uma preocupação em selecionar itens que fossem fáceis e confiavelmente avaliados em um passeio na região estudada (ARAYA et al., 2007).

Descobriu-se que as famílias que se mudavam de um bairro de baixo poder aquisitivo para um bairro de maior poder aquisitivo apresentaram melhor saúde mental do que as famílias de controle que permaneciam na mesma região. Entretanto os resultados do estudo não permitem afirmar que a melhora do ambiente construído, diretamente melhoraria a saúde mental dos moradores. Isso porque levantou-se uma hipótese importante: seria o ambiente deteriorado que tornaria os indivíduos doentes, ou seria os indivíduos doentes que buscariam as áreas mais deterioradas para viver (LEVENTHAL; BROOKS-GUNN, 2003).

Um estudo mais recente realizado pelos pesquisadores Barton e Pretty (2010) também confirma os benefícios físicos e mentais que a natureza proporciona ao ser humano. Ambos comprovam que com apenas cinco minutos de caminhada em uma área verde de qualidade, seja uma praça ou um parque público, já seria tempo suficiente para elevar o humor, a autoestima e melhorar saúde mental do indivíduo, estes recebidos de forma imediata. Barton e Pretty (2010) também constataram que a atividade física realizada próxima à ecossistemas aquáticos fornece melhores efeitos em comparação a outros tipos de ecossistemas, mas que os demais tipos de áreas com presença de natureza apresentaram resultados igualmente positivos e satisfatórios. Tais resultados levam a crer que indivíduos que estivessem com sua saúde física ou mental debilitadas ao se submeter a exercícios diários de curta duração, mas em espaços verdes de qualidade e acessíveis, teriam melhora significativa em sua saúde como um todo.

Novamente, é importante destacar o papel dos planejadores e responsáveis pelas áreas verdes, pois a má qualidade desses ambientes gera o descontentamento dos usuários o que faz com que estas funções associadas à qualidade de vida e saúde pública, relacionadas às áreas verdes, sejam perdidas (SZEREMETA; ZANNIN; 2013). Por conseguinte, somente a iniciativa do próprio cidadão em fazer atividades ao ar livre não é suficiente, é responsabilidade da cidade de ofertar áreas, de forma planejada e eficiente, com boa infraestrutura, que sejam atrativas a população a fim de que as pessoas realizem atividades físicas diariamente, ou regularmente (KAPLAN et al., 1995; FRUMKIN, 2003; HANSMANN et al., 2007).

Há ainda a conexão entre a frequência dos usuários das áreas verdes públicas, parques e praças, e a qualidade do ambiente. Na medida em que o potencial de qualidade do ambiente aumenta, o público de usuários ganha uma maior pluralidade, ou seja, aumenta a proporção de mulheres, idosos, estudantes e a sua frequência no uso desses espaços (CASSOU, 2009).

3 METODOLOGIA

A metodologia aplicada para a pesquisa é de revisão bibliográfica e caráter exploratório, com o objetivo de validar ou não a hipótese apresentada. Desta forma foram realizadas pesquisas e análises em artigos científicos nas áreas de urbanismo, sociologia e psicologia, com o objetivo de entender a conexão entre os temas: espaço urbano, espaço privatizado, biofilia e as fobias e medos relacionados a cidade.

A revisão foi realizada em etapas. Inicialmente foram definidas bases de dados (SciELO e CAPES Periódicos) para busca de artigos científicos mais recentes, mas também foram utilizados livros para pesquisa de conceitos clássicos.

Em seguida, para as buscas dos artigos, delimitou-se palavras chaves como: biofilia, infraestrutura verde, cultura do medo, processo de condominialização, espaços verdes, urbanização, espaço público, saúde. Após a busca realizou-se a organização e seleção do material encontrado. Por fim realizou-se a análise e interpretação dos artigos.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

O espaço público é um desafio global visto que nas últimas décadas ocorreu um “enfraquecimento do papel integrador dos espaços públicos” (CASTRO, 2002). Em oposição à lógica funcionalista, com zoneamentos rígidos e espaços monofuncionais da década de 1960, surgem tendências de tornar os espaços mais significativos. A partir da leitura e percepção da realidade urbana fragmentada e as síndromes que envolvem o espaço urbano, como agorafobia e mixofobia busca-se encontrar uma forma de reconexão das pessoas com o espaço público diverso e múltiplo. Isto é, num contexto onde a ideia de comunidade está fragilizada, o espaço urbano aparece como um instrumento que pode reforçar os laços sociais (CASTRO, 2002).

Enquanto nos séculos passados os tratados urbanísticos procuravam isolar a cidade do ambiente natural do entorno, alguns pensadores modernos procuram incorporar conceitos e tecnologias que pudessem reconectar as pessoas com a natureza, num processo lento e gradual de “verdificação” das cidades modernas, “novamente atrelando a máxima convivência da cidade com o natural, buscando equilíbrio entre o jardim primordial e o jardim humano, querendo conciliar o hábitat natural e o hábitat urbano” (KLIASS, 2006). Sendo, esse processo de “verdificação” um mecanismo de redução da fragmentação social.

Entretanto, mesmo sendo amplamente discutido e reconhecido que o contato com a natureza tem efeitos positivos sobre a saúde humana, não é possível nomear um único efeito como responsável pelos benefícios, já que o contato com a natureza atua de maneira multifatorial, desencadeando diversos impactos positivos nos seres humanos. Ainda que os efeitos sejam amplos, é preciso compreender que não é apenas a presença de áreas verdes que contribui positivamente no espaço público e na saúde dos indivíduos (AMATO-LOURENÇO et al., 2014). Essas áreas devem ser planejadas, levando em conta fatores como a integração com o espaço urbano, a disseminação por todo o território, priorizando as áreas de baixa renda, já que são esses indivíduos

que mais podem se beneficiar (MAAS et al., 2006). Com isso resultando em espaços de qualidade, conforto e segurança.

A natureza humana é biofílica, o que sugere que somos mais saudáveis com ela. É preciso criar lugares que tragam novamente o processo evolutivo das pessoas (SANGUINETTO, 2011). Ao usar as ferramentas de reconexão entre o ser humano e os mais diferentes espaços, se reassume também seu papel em honrar a vida, a ecologia, a evolução, a diversidade, a dignidade humana, o espírito e as necessidades humanas de pertencimento e conexão (ORR, 2002).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão da literatura dos temas levantados sobre o conceito de biofilia — e como ela poderia intervir nas fobias presentes nos espaços públicos, tão deteriorados — permitiu visualizar que realmente há uma relação entre a segregação desses espaços e as chamadas ilhas de convivência através do processo de condominialização. Foi constatado que, em razão da rejeição à pluralidade, às diferenças socioculturais, indivíduos escolheram isolar-se de outros grupos urbanos em condomínios fechados, ação que contribui fortemente para a disseminação e não erradicação do medo. A cultura do medo se faz presente não só na dinâmica da cidade, mas também no âmbito midiático que acaba por alimentá-la e promovê-la, comprometendo a convivência nos espaços urbanos.

As pessoas desenvolvem conexões com os espaços, sendo que um exerce influência sobre o outro. Portanto, faz-se necessário olhar para essa relação a fim de compreender que tipos de vínculos estão sendo criados e perpetuados. Ao longo das últimas décadas, o espaço público foi “pintado” como algo perigoso, um espaço não digno de ser frequentado. As consequências decorrentes dessa percepção não são apenas aquelas visíveis, como a deterioração física, mas também simbólicas. A desconexão das pessoas com o espaço público é fator de grande importância na intolerância ao diferente e à perda do papel sociopolítico dos indivíduos. Torna-se fundamental, portanto, ressignificar a imagem do espaço público, desvinculando-a do medo, promovendo um local para o encontro do diferente e retomando as suas origens políticas.

Em mesmo grau de relevância, pontua-se o caráter indispensável de um planejamento urbano plural e de qualidade, incluindo o resgate da natureza que cerca os espaços comuns da cidade. Ainda que a contribuição dos espaços verdes para uma vida mais saudável seja multifatorial, conclui-se que, se bem pensados e construídos (unindo

não só a dinâmica da cidade e tecnologia, mas também a natureza), os espaços verdes podem gerar uma total reestruturação do “pensar e viver a cidade”, transformando cidades caóticas e sem vida, em cidades biofílicas.

Desta forma, através da implementação de conceitos e características como as de cidades biofílicas e infraestrutura verde, se faz possível resgatar a conexão dos indivíduos com os espaços urbanos, reduzindo a cultura do medo e as fobias dos espaços públicos. As pessoas têm novamente a possibilidade de se relacionar e se aproximar de maneira mais direta com as ruas, calçadas e edificações à sua volta. Assumindo o cidadão como protagonista da cidade, é ele quem deve ter a possibilidade de interagir e intervir no meio urbano.

Sendo assim, a partir da presente pesquisa pode-se pensar em outras futuras, que explorem por exemplo, o que define e compõe áreas verdes de qualidade ao longo de uma cidade, e até mesmo um estudo de caso sobre a cidade de Curitiba – ela pode ser considerada uma cidade biofílica?

REFERÊNCIAS

AMATO-LOURENÇO, Luís Fernando et al. Metrôpoles, cobertura vegetal, áreas verdes e saúde. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 30, n. 86, p. 113-130, abr. 2016.

ARAÚJO, Maria Cristina Cavalcanti; TAVARES, Matheus Augusto Avelino. Os condomínios Green Village e Green Woods e as transformações no espaço urbano de natal. **Holos**, Natal, v. 1, n. 24, p. 75, jul. 2008.

ARAYA, Ricardo et al. Common mental disorders and the built environment in Santiago, Chile. **British Journal of Psychiatry**, Cambridge, v. 190, n. 5, p. 394-401, May 2007. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/services/aop-cambridgecore/content/view/50B13C3DF441472C26FA1270519ED03B/S0007125000172113a.pdf/common_mental_disorders_and_the_built_environment_in_santiago_chile.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2020.

BARTON, Jo; PRETTY, Jules. What is the Best Dose of Nature and Green Exercise for Improving Mental Health? **A Multi-Study Analysis**: Environmental Science & Technology, Colchester, v. 10, n. 44, p. 3947-3955, mar. 2010.

BASSO, Maria Helena; SIMONETTO, Fernanda Gonzatto; LIMA, Jéssica Ghilardi de; FERRARINI, Letícia Cima; MÜLLER, Paulo. A Influência dos condomínios horizontais fechados no planejamento municipal e dinâmica urbana. ENCONTRO CIENTÍFICO CULTURAL INTERINSTITUCIONAL; 15., ENCONTRO INTERNACIONAL, 1., 2017, Cascavel. **Anais...** Cascavel, 2017. Disponível em: <<https://www.fag.edu.br/upload/contemporaneidade/anais/5b451c8ecc7ed.pdf>>. Acesso em: 5 mar. 2020.

BEATLEY, Timothy. **Biophilic cities**: integrating nature into urban design and planning. Washington, D.C.: Island, 2010.

_____. Singapore: How to grow a high-rise city in a garden. **SiteLINES**: a Journal of Place, New York, v. 8, n. 1, p. 14-17, Fall 2012. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/24889419?seq=1#metadata_info_tab_contents>. Acesso em: 18 dez. 2019.

BERTOL, Laura Esmanhoto. **Terra e habitação**: o problema e o falso problema – As políticas de obscurecimento do preço da terra na política habitacional em Curitiba. 2013. 161 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16137/tde-02072013-164753/publico/Laura_Bertol_Revisada.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2019.

BLOOMBERG, Michael R. Active design: formatando a experiência nas calçadas. **Prefeitura de Nova York**, 2013. Disponível em: <<https://www.mobilize.org.br/estudos/145/active-design-desenho-ativo--parte-1.html>>. Acesso em: 18 dez. 2019.

BOVO, Marcos Clair; MARTINS, Pedro Henrique Bruno. Espaço público e lazer: o retrato dos usuários da área externa do parque do Ingá, Maringá PR, Brasil. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 325-353, jul./dez. 2016.

CASSOU, Ana Carina Naldino. **Características ambientais, frequência de utilização e nível de atividade física dos usuários de parques e praças de Curitiba-PR**. 2009. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

- CASTRO, Alexandra. Espaços públicos, coexistência social e civilidade. **Cidades: Comunidades e Territórios**, Lisboa, v.5, n. 2, p. 53-67, jun./dez. 2002.
- DIAS, Marina Simone; ESTEVES JÚNIOR, Milton. O espaço público e o lúdico como estratégias de planejamento urbano humano em: Copenhague, Barcelona, Medellín e Curitiba. **Cadernos Metr pole**, São Paulo, v. 19, n. 39, p. 635-663, maio/ago. 2017.
- FORTUNA, Carlos. Urbanidades Invisíveis. **Revista Tempo Social de Sociologia da USP**, Coimbra, v. 31, n. 1, p. 136-137, jan./fev. 2019. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/151257>>. Acesso em: 05 set. 2019. doi: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2019.151257>
- FRUMKIN, Howard. Healthy places: exploring the evidence. **American Journal of Public Health**, Atlanta, v. 93, n. 9, p. 1451-1456, set. 2003.
- HANSMANN, Ralf; HUG, Stela-Maria; SEELAND, Klaus. Restoration and stress relief through physical activities in forests and parks. **Urban Forestry & Urban Greening**, Zurich, v. 6, n. 4, p. 213-225, nov. 2007.
- HERZOG, Cec lia Polacow. **Cidades para todos (re)aprendendo a conviver com a natureza**. Rio de Janeiro: Mauad X: Inverde, 2013.
- KAPLAN, Stephen. The restorative benefits of nature: toward an integrated framework. **Journal of Environmental Psychology**, Michigan, n. 15, p. 169-182, set. 1995.
- LEVY, Dan Rodrigues. Os condomínios residenciais fechados e a reconceitualiza o do exercício da cidadania nos espaços urbanos. **Ponto e Vírgula**, Coimbra, n. 7, p. 97-101, 1  sem. 2010. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/pontoevirgula/article/viewFile/13992/10298>>. Acesso em: 15 set. 2019.
- LEVENTHAL, T.; Brooks-Gunn, J. Moving to opportunity: an experimental study of neighbourhood opportunity: an experimental study of neighbourhood effects on mental health. **American Journal of Public Health**, Nova Iorque, v. 93, n. 9, p. 1576-1582, set. 2003. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1448013/>>. Acesso em: 10 mar. 2020.
- KLIAS, Rosa Grena. **Rosa Klias: desenhando paisagens, moldando uma profiss o**; texto de Ruth Verde Zein. São Paulo: Senac, 2006.
- MAAS, Jolando; VERHEIJ, Robert; GROENEWEGEN, Peter; DE VRIES, Sjerp; SPREEUWENBERG, Peter. Green space, urbanity, and health: how strong is the relation? **Journal of Epidemiology and Community Health**, Londres, v. 60, n. 7, p. 587-592, ago. 2006.
- NEWMAN, Peter. Biophilic urbanism: a case study on Singapore. **Australian Planner**, St Lucia, v. 51, n. 1, p. 47-65, jan. 2014. DOI: 10.1080/07293682.2013.790832
- ORR, David W. **The Nature of design: ecology, culture and human intention**. New York: Oxford University, 2002.
- RIBEIRO, Mauricio et al. Desafios gerados pelo crescimento populacional urbano no contexto das cidades inteligentes. **Observatório**, Palmas, v. 5, n. 5, p. 667-696, ago. 2019.
- RYN, Sim Van Der; COWAN, Stuart. **Ecological Design: 10th Anniversary Edition**. London: Island, 2007.

SANGUINETTO, Evandro de Castro. Bases conceituais para projetos sustentáveis e biofílicos. **LABVERDE**, São Paulo, n. 3, p. 201-219, 20 dez. 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revistalabverde/article/view/61446>>. Acesso em: 27 fev. 2020.

SZEREMETA, Bani; ZANNIN, Paulo Henrique Trombetta. A importância dos parques urbanos e áreas verdes na promoção da qualidade de vida nas cidades. **Raega**, Curitiba, v. 29, p. 177-193, dez. 2013. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/30747>>. Acesso em: 25 abr. 2020.

VILHENA, Junia de. Da claustrofobia à agorafobia: cidade, confinamento e subjetividade. **Rio de Janeiro**, v. 9, p. 77-90, jan./abr. 2003.

WEBSTER, Chris; GLASZE, Georg; FRANTZ, Klauz. The global spread of gated communities. **Environment and Planning B: Planning and Design**, v. 29, n. 3, p. 315-320, jun. 2002. DOI:10.1068/b12926. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1068/b12926>>. Acesso em: 5 mar. 2020.

XUE, Fei et al. From biophilic design to biophilic urbanism: Stakeholders' perspectives. **Journal of Cleaner Production**, v. 211, p. 1444-1452, 2º sem. 2018. Disponível em: <<https://www.journals.elsevier.com/journal-of-cleaner-production>>. Acesso em: 04 set. 2019.